



Ata nº 011 da Sessão Ordinária nº 011, de 18 de fevereiro de 2014.

Às nove horas do dia dezoito de fevereiro de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presentes os Conselheiros **ALOÍSIO CHAVES, DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, CEZAR COLARES, ANTÔNIO JOSÉ** e do Conselheiro substituto **SÉRGIO DANTAS**, convocado nos termos da Portaria nº 1587/2013; presença da Procuradora - Chefe do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **ELISABETH SALAME DA SILVA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o Auditor Alexandre Cunha para apresentar proposta de Decisão, nos termos do artigo 72, III do RI/TCM/Pa. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: *"havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria"*. Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 071/13. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. **Processo nº 290012006-00 – 200704512-00; Prefeitura Municipal de Curuçá; Prestação de Contas – 2006; Responsável Josué da Silva Neves; Instrução 6ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 32.584, de 14.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade do Sr. Josué da Silva Neves, por estarem irregulares, nos termos do art. 25, III, da Lei Complementar nº 84/2012, com recolhimento aos Cofres Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, da quantia de R\$-2.058.337,45 (dois milhões, cinquenta e oito mil, trezentos e trinta e sete reais e quarenta e cinco centavos), referente a conta "Agente Ordenador", e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 070012007-00; Prefeitura Municipal de Anajás; Prestação de Contas – 2007; Responsável Edson da Silva Barros; Instrução Auditor Alexandre Cunha e 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.584, de 14.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Anajás, que sejam reprovadas as contas da Prefeitura Municipal, exercício 2007, de responsabilidade do Sr. Edson da Silva Barros, que deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias, as seguintes multas: I – aos Cofres Municipais: 1.1 - R\$-1.331,90 (hum mil, trezentos e trinta e um reais e noventa centavos), referente à conta "Agente Ordenador"; 1.2 - R\$-27.000,00 (vinte e sete mil reais), a título de multa equivalente a 30% (trinta por cento) dos vencimentos anuais do Ordenador, com base no art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal; II - ao FUMREAP: 2.1 - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), a título de multa, com base no art. 283, IV, do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva da prestação de contas quadrimestral; 2.2 - R\$-10.000,00 (dez mil reais), a título de multa, com base no art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/20124, pelas contas irregulares em função das graves impropriedades relatadas"*. **Em votação**: o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro substituto Sérgio Dantas e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Anajás a não aprovação das contas da Prefeitura



Municipal, exercício 2007, de responsabilidade do Sr. Edson da Silva Barros, que deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias, aos Cofres Municipais: 1.1 - R\$-1.331,90 (hum mil, trezentos e trinta e um reais e noventa centavos), referente à conta "Agente Ordenador"; 1.2 - R\$-27.000,00 (vinte e sete mil reais), a título de multa equivalente a 30% (trinta por cento) dos vencimentos anuais do Ordenador, com base no art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal. **Por maioria:** ao FUMREAP, recolher as seguintes multas: 2.1 - R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 283, IV, do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva da prestação de contas quadrimestral; 2.2 - R\$-10.000,00 (dez mil reais), com base no art. 57 da Lei Complementar Estadual nº 084/20124, pelas contas irregulares em função das graves impropriedades relatadas. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Em seguida, o Conselheiro Cezar Colares assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 750012007-00; Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim; Prestação de Contas – 2007; Responsável Francisco Feitosa Farias; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.584, de 14.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas da Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim, exercício de 2007, de responsabilidade do Sr. Francisco Feitosa Farias, sem prejuízo do recolhimento da multa de 15% (quinze por cento) sobre os vencimentos anuais do Prefeito, correspondendo ao montante de R\$ 12.846,90 (doze mil, oitocentos e quarenta e seis reais e noventa centavos), conforme a Lei Federal nº 10.028/2000, pela remessa intempestiva dos RGF's, bem como do valor lançado à conta "Agente Ordenador", atualizado no valor de R\$-39.384,96 (trinta e nove mil, trezentos e oitenta e quatro reais e noventa e seis centavos), que deverá ser recolhido aos Cofres Municipais atualizado; cópia dos autos deve ser remetida ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 1030012005-00; Prefeitura Municipal de São João de Pirabas; Prestação de Contas – 2005; Responsável João Bosco Rufino Moysés (Falecido); Instrução Alcimar Lobato da Silva / 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.584, de 14.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO:** *"emissão de parecer prévio pela não aprovação das contas da Prefeitura Municipal de São João de Pirabas, exercício de 2005, de responsabilidade do Sr. João Bosco Rufino Moysés, bem como seja realizada, para além da publicação desta decisão no DOE, a citação pessoal dos Herdeiros e Cônjuge, com o intuito de dirimir as pendências ao norte relatadas. Sem prejuízo do recolhimento atualizado o valor pago a título de subsídio, descumprindo o estabelecido no ato de fixação; A remissão em questão é necessária quando, afastadas as possíveis multas aplicáveis ao caso, reitero, de caráter personalíssimo, persiste, ainda, a necessidade de restituição ao Erário Municipal, dada a existência de pagamento irregular de subsídios ao Prefeito, no montante de R\$-42.900,00 (quarenta e dois mil e novecentos reais), conforme já pontuado, a qual deverá ser suportada pelos herdeiros e sucessores, no limite do patrimônio transferido pelo de cujus"*. **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam a Relatora, na íntegra. O Conselheiro Cezar Colares pediu VISTA dos autos. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e do Conselheiro Aloísio Chaves. Às dez horas e dez minutos, a Conselheira Mara Lúcia assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 1060012009-00; Prefeitura Municipal de Uruará; Prestação de Contas – 2009 de Governo; Responsável Eraldo Sorge Sebastião Pimenta; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator**



88 - Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.584, de 14.02.2014.** Cumprindo
89 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
90 emissão de parecer prévio favorável a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O
91 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,**
92 decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Uruará, a aprovação das contas
93 de Governo da Prefeitura, exercício de 2009, de responsabilidade de Eraldo Sorge Sebastião Pimenta.
94 Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro substituto Sérgio Dantas. Às dez horas e quinze minutos, o
95 Conselheiro José Carlos Araújo assumiu a Presidência da Sessão. **Processo nº 1060012009-00; Prefeitura**
96 **Municipal de Uruará; Prestação de Contas – 2009 de Gestão; Responsável Eraldo Sorge Sebastião Pimenta;**
97 **Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro**
98 **Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.584, de 14.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental,
99 o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com
100 ressalva. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência
101 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas de
102 Gestão da Prefeitura Municipal de Uruará, exercício de 2009, com recolhimento aos Cofres do Município, no
103 prazo de quinze (15) dias, da multa no valor de R\$-24.000,00 (vinte e quatro mil reais), pela remessa
104 intempestiva dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º e 2º quadrimestres, na forma do art. 5º, I, § 1º da Lei nº
105 10.028/2000, após o que deverá ser expedido o respectivo Alvará de Quitação, no montante de R\$-
106 37.552.864,70 (trinta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e
107 setenta centavos). **Processo nº 090022007-00; Câmara Municipal de Augusto Corrêa; Prestação de**
108 **Contas – 2007; Responsável José Farias da Costa; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora -**
109 **Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.584, de**
110 **14.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
111 manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator
112 proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação,
113 com ressalvas, das contas da Câmara Municipal de Augusto Corrêa, exercício financeiro de 2007, de
114 responsabilidade de José Farias da Costa, com a expedição do Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas.
115 **Processo nº 880022009-00; Câmara Municipal de Concórdia do Pará; Prestação de Contas – 2009;**
116 **Responsável Francisco Edson Madeiro; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe**
117 **Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.584, de**
118 **14.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
119 manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro
120 Relator proferiu seu **VOTO:** “pela aprovação, com ressalvas, das contas da Câmara Municipal de Concórdia do Pará,
121 exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Francisco Edson Madeiro, devendo ser expedido o competente Alvará
122 de Quitação pelas despesas ordenadas, condicionado o recolhimento de multa ao FUMREAP/TCM (Fundo instituído pela Lei
123 nº 7.368/2009, de 29.12.2009) nos seguintes valores: - R\$-2.500,00(dois mil e quinhentos reais), pela remessa
124 intempestiva da prestação de contas do 2º e 3º quadrimestres, nos termos do art.284, II e IV, do RI/TCM/Pa e pela
125 utilização de recursos de terceiros, com fundamento do art. 282-b, do RI/TCM/Pa”. **Em votação:** o Conselheiro Aloísio
126 Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro substituto Sérgio Dantas e o
127 Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o
128 Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
129 **unanimidade,** decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas da Câmara Municipal de Concórdia do Pará,
130 exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Francisco Edson Madeiro, **por maioria,** com o
131 recolhimento de multa ao FUMREAP no valor de R\$-2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), pela remessa



intempestiva da prestação de contas do 2º e 3º quadrimestres, nos termos do art. 284, II e IV, do RI/TCM/Pa. e pela utilização de recursos de terceiros, com fundamento do art. 282-b, do RI/TCM/Pa. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 730022002-00; Câmara Municipal de Santo Antônio do Tauá;** Prestação de Contas – 2002; Responsável Enedina Matos da Silva; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas; **Publicado no DOE nº 32.584, de 14.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “pela não aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal de Santo Antônio do Tauá, exercício financeiro de 2002, de responsabilidade da Sra. Enedina Matos da Silva, Ex-Vereadora Presidente, por estarem irregulares, nos termos do art. 32, III, “a” da Lei Orgânica do TCM-Pa, devendo a mesma recolher aos Cofres Públicos, a importância de R\$-325.440,00 (trezentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e quarenta reais), devidamente atualizada, bem como ao FUMREAP a multa de R\$-50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme previsão no art. 57, I, “a” da LC nº 84/2012. Cópia dos autos ao Ministério Público Estadual”. **Em votação**: o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal de Santo Antônio do Tauá, exercício financeiro de 2002, de responsabilidade da Sra. Enedina Matos da Silva, ex-Vereadora Presidente, por estarem irregulares, nos termos do art. 32, III, “a” da Lei Orgânica do TCM-Pa, com recolhimento aos Cofres Públicos da importância de R\$-325.440,00 (trezentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e quarenta reais), devidamente atualizada; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: recolhimento ao FUMREAP de multa no valor de R\$-50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme previsão no art. 57, I, “a” da LC nº 84/2012. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 293992006-00 – 200701188-00; Fundo Municipal de Saúde de Curuçá;** Prestação de Contas – 2006; Responsável Adair da Silva Neves; Instrução 6ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.584, de 14.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Curuçá, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade da Sra. Adair da Silva Neves, por estarem irregulares, nos termos do art. 32, III, “c” da Lei Complementar n.º 84/2012, em razão da permanência das seguintes irregularidades: 1. conta “Agente Ordenador” no valor de R\$-544.909,24 (quinhentos e quarenta e quatro mil, novecentos e nove reais e vinte e quatro centavos); e 2. ausência de processo licitatório na aquisição de medicamentos e material hospitalar no montante de R\$-64.093,76 (sessenta e quatro mil, noventa e três reais e setenta e seis centavos), junto ao Credor: Labinil Comércio e Serviços Ltda. A citada Ordenadora, deve recolher, as seguintes quantias: 1. aos Cofres Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias: 1.1 - R\$-544.909,24 (quinhentos e quarenta e quatro mil, novecentos e nove reais e vinte e quatro centavos), pela conta “Agente Ordenador”; 2. ao FUMREAP (Lei n.º 7.368, de 29/12/2009), no prazo de 30 (trinta) dias: 2.1 – multa de R\$-500,00 (quinhentos reais), com fundamento no art. 57, III, “a” da Lei n.º 84/2012, pela não remessa do Parecer do Conselho Municipal de Saúde; 2.2 - multa de R\$-1.000,00 (hum mil reais), com fundamento no art. 57, I, “b” da Lei nº 84/2012, pelo não recolhimento ao caixa único do Município dos recursos arrecadados a título de IRRF e ISS no montante de R\$-8.751,87. Cópia dos autos, deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual”. **Em votação**: o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro José Carlos Araújo e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão das multas ao FUMREAP. A Presidência



proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Curuçá, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade da Sra. Adair da Silva Neves, por estarem irregulares, nos termos do art. 32, III, "c" da Lei Complementar nº 84/2012, com recolhimento aos Cofres Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, do valor de R\$-544.909,24 (quinhentos e quarenta e quatro mil, novecentos e nove reais e vinte e quatro centavos), pela conta "Agente Ordenador"; cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** 2. ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, recolher as seguintes multas: R\$-500,00 (quinhentos reais), com fundamento no art. 57, III, "a" da Lei nº 84/2012, pela não remessa do Parecer do Conselho Municipal de Saúde; R\$-1.000,00 (hum mil reais), com fundamento no art. 57, I, "b" da Lei nº 84/2012, pelo não recolhimento ao caixa único do Município dos recursos arrecadados a título de IRRF e ISS, no montante de R\$-8.751,87. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 293982006-00 – 200701193-00; Fundo Municipal de Educação FUNDEF de Curuçá;** Prestação de Contas – 2006; Responsável Evanildo Sabino Borges Rodrigues; Instrução 6ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.584, de 14.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** *"pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Educação e FUNDEF de Curuçá, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade do Sr. Evanildo Sabino Borges Rodrigues, por estarem irregulares nos termos do art. 32, III da Lei Complementar n.º 84/2012, em razão das seguintes irregularidades: 1. Conta "Agente Ordenador", no valor de R\$-128.665,87 (cento e vinte e oito mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e oitenta e sete centavos), decorrente de diferença nos valores de receita e despesa, bem como para manutenção do saldo final; 2. Descumprimento do art. 7º da Lei nº 9.424/1996, pela aplicação do percentual de 55,78% dos recursos do FUNDEF, na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo de 60%); o art. 2º da Lei nº 8.666/1993, junto aos credores: KSC Construções Ltda (R\$-92.863,00) e Miranda Comércio e Derivado de Petróleo e GLP Ltda (R\$-224.479,00). O citado Ordenador, deve recolher as seguintes quantias: 1. aos Cofres Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias: 1.1 – R\$-128.665,87 (cento e vinte oito mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e oitenta e sete centavos), pela conta "Agente Ordenador". Cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual. 2. ao FUMREAP (Lei nº 7.368, de 29/12/2009), no prazo de 30 (trinta) dias: 2. ao FUMREAP: multa de R\$-500,00 (quinhentos reais), com fundamento no art. 57, III, "a" da Lei nº 84/2012, pela não remessa do Parecer do Conselho de Controle Social do FUNDEF; multa de R\$-500,00 (quinhentos reais), com fundamento no art. 57, I, "b" da Lei n.º 84/2012, pelo não recolhimento ao caixa único do Município dos recursos arrecadados a título de IRRF e ISS, no montante de R\$-1.026,05".* **Em votação:** o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro José Carlos Araújo e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com exclusão das multas ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Educação e FUNDEF de Curuçá, exercício financeiro de 2006, de responsabilidade do Sr. Evanildo Sabino Borges Rodrigues, por estarem irregulares, nos termos do art. 32, III da Lei Complementar nº 84/2012, com recolhimento aos Cofres Municipais, no prazo de 15 (quinze) dias, do valor de R\$-128.665,87 (cento e vinte oito mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e oitenta e sete centavos), pela conta "Agente Ordenador"; cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, recolhimento de multa no valor de R\$-500,00 (quinhentos reais), com fundamento no art. 57, III, "a" da Lei nº 84/2012, pela não remessa do Parecer do Conselho de Controle Social do FUNDEF; e de R\$-500,00 (quinhentos reais), com fundamento no art. 57, I, "b" da Lei n.º 84/2012, pelo não recolhimento ao caixa único do Município dos recursos arrecadados a título de IRRF e ISS, no montante de R\$-1.026,05 (hum mil, vinte seis reais e cinco centavos). Vencida a



Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. **Processo nº 524952008-00; Fundo de Previdência do Município de Oeiras do Pará;** Prestação de Contas - 2008 - Anuais de Gestão; Responsável: Deusdeth Sacramento Ferreira; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.584, de 14.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo de Previdência do Município de Oeiras do Pará – FUNPREV, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. Deusdeth Sacramento Ferreira – Presidente do Fundo, em favor do qual deve ser expedido o competente Alvará de Quitação no valor de R\$-11.898.690,31 (onze milhões, oitocentos e noventa e oito mil, seiscentos e noventa reais e trinta e um centavos), após recolhimento ao FUMREAP, no prazo de trinta dias, das seguintes multas: 1 - R\$-1.000,00 (hum mil reais), com base no art. 283, inciso I do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva da prestação de contas do 3º quadrimestre; 2 – R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 282, I, alínea “b” do Regimento Interno deste Tribunal, em face: a diferença nos saldos financeiros de Caixa e Bancos, registrados na prestação de contas de 2007 e o saldo inicial do exercício de 2008, o que gerou a conta “Receita a comprovar” o valor de R\$ 513.895,43; pela manutenção de saldo em caixa no valor de R\$-16.436,79 (dezesseis mil, quatrocentos e trinta e seis reais e setenta e nove centavos), em descumprimento ao disposto no artigo 164, § 3º da CF e artigo 43 da LC 101/2000”. **Em votação**: o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Cezar Colares, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro substituto Sérgio Dantas e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão das multas ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo de Previdência do Município de Oeiras do Pará – FUNPREV, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. Deusdeth Sacramento Ferreira – Presidente do Fundo, em favor de quem deve ser expedido o Alvará de Quitação, no valor de R\$-11.898.690,31 (onze milhões, oitocentos e noventa e oito mil, seiscentos e noventa reais e trinta e um centavos), **por maioria**, após o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de trinta dias, das seguintes multas: 1 - R\$-1.000,00 (um mil reais), com base no art. 283, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva da prestação de contas do 3º quadrimestre; 2 – R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 282, I, alínea “b”, do Regimento Interno deste Tribunal, face a diferença nos saldos financeiros de Caixa e Bancos, registrados na prestação de contas de 2007 e o saldo inicial do exercício de 2008, o que gerou a conta “Receita a Comprovar” no valor de R\$-513.895,43 (quinhentos e treze mil, oitocentos e noventa e cinco reais e quarenta e três centavos), pela manutenção de saldo em caixa no valor de R\$-16.436,79 (dezesseis mil, quatrocentos e trinta e seis reais e setenta e nove centavos), em descumprimento ao disposto no artigo 164, § 3º da CF e artigo 43 da LC 101/2000. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas ao FUMREAP. **Processo nº 452122010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Melgaço;** Prestação de Contas – 2010; Responsável Maria do Perpetuo Socorro Nascimento dos Reis; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.584, de 14.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Melgaço, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de Maria do Perpétuo Socorro Nascimento dos Reis, com a expedição do Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas, condicionado ao recolhimento aos Cofres Municipais da importância de R\$-495,40 (quatrocentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos), relativo a devolução pela ausência de comprovantes bancários, devidamente atualizado; e ao FUMREAP/TCM da importância de R\$-6.000,00 (seis mil reais), pelo não encaminhamento de documentos obrigatórios (extratos bancários), nos termos do art.120-



B, § 1º, do RI/TCM/Pa, e encaminhamento fora do prazo do parecer do Conselho de Assistência e de processos licitatórios; ciência imediata da decisão ao Poder Legislativo Municipal. **Processo nº 492022010-00; Fundo Municipal de Saúde de Muaná;** Prestação de Contas – 2010; Responsável José Carlos Machado de Carvalho; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.584, de 14.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com aplicação de multa e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas do Fundo Municipal de Saúde de Muaná, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de José Carlos Machado de Carvalho, com a expedição do Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas, no valor de R\$-12.110.793,48 (doze milhões, cento e dez mil, setecentos e noventa e três reais e quarenta e oito centavos), onde se incluem R\$-64.698,28 (sessenta e quatro mil, seiscentos e noventa e oito reais e vinte e oito centavos), de saldo para o exercício seguinte; ciência imediata ao Legislativo Municipal. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Antonio José. **Processo nº 1040062009-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Tailândia;** Prestação de Contas – 2009; Responsável Fátima de Lourdes Sufredini; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.584, de 14.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO:** “*pela aprovação, com ressalvas, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Tailândia, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Fátima de Lourdes Sufredini, devendo ser expedido o competente Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas, condicionado o recolhimento ao FUMREAP/TCM (Fundo instituído pela Lei nº 7.368/2009, de 29.12.2009) de multa no seguinte valor: - R\$ 6.000,00, pelo descumprimento do art. 1º, § 1º da LRF (disponibilidade de recurso no final do exercício insuficiente para cobrir o montante de compromissos a pagar) e a utilização de recursos do INSS retido dos servidores, com fundamento do art. 120-A, II, do RI/TCM/Pa. Dê-se ciência imediata da decisão ao Poder Legislativo Municipal*”. **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda, o Conselheiro Antonio José, o Conselheiro substituto Sérgio Dantas e o Conselheiro José Carlos Araújo acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Tailândia, exercício financeiro de 2009, de responsabilidade de Fátima de Lourdes Sufredini, com a expedição do Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas, **por maioria**, após o recolhimento ao FUMREAP/TCM da multa no valor de R\$-6.000,00 (seis mil reais), pelo descumprimento do art. 1º, § 1º da LRF (disponibilidade de recurso no final do exercício insuficiente para cobrir o montante de compromissos a pagar), e a utilização de recursos do INSS retido dos servidores, com fundamento do art. 120-A, II, do RI/TCM/Pa. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº 290042006-00 – 200701192-00); Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Curuçá;** Prestação de Contas – 2006; Responsável Egilucy Santos Paes; Instrução 6ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves; **Publicado no DOE nº 32.584, de 14.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalva, das contas e aplicação de multa. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade, com ressalva, das contas prestadas pela Sra. Egilucy Santos Paes, Ordenadora de despesa do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Curuçá, exercício financeiro de 2006, na



forma do art. 32, II da Lei Complementar nº 84/2012. **Processo nº 140222006-00; Sub- Prefeitura de Mosqueiro;** Prestação de Contas – 2006; Responsável Maria da Glória Mesquita Brito Albuquerque; Instrução Auditores Alessandra Braga/3ª Controladoria/TCM; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.584, de 14.02.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201308411-00 – 280012004-00; Prefeitura Municipal de Curralinho;** Recurso - Pedido de Revisão contra a decisão da Resolução nº 10.561, de 01.11.2012 que negou aprovação as Contas do Exercício de 2004; Responsável Álvaro Aires da Costa; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.584, de 14.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo não conhecimento do Recurso. **Processo nº 201311202-00; Prefeitura Municipal de Bonito;** Contas de Gestão; Recurso de Reconsideração contra a decisão do Acórdão nº 23.817/13, de 06.06.13; (Prestação de Contas de 2009); Responsável Antônio Corrêa Neto; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.584, de 14.02.2014.** Retirado de Pauta. **Processo nº 201105305-00; Câmara Municipal de Curuá;** Recurso de Reconsideração contra a decisão do Acórdão nº 20.665, de 16.12.2010 (Prestação de Contas de 2004); Responsável Antônio da Conceição Pinho; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.584, de 14.02.2014.** Retirado de pauta. **Processo nº 200804132-00; Grupo Assistencial Solar do Acalanto;** Prestação de Contas do Convênio nº 009/2008, firmado com a SEMEC; Responsável Ana Maria Nascimento Araújo; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas; **Publicado no DOE nº 32.584, de 14.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro substituto proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação das contas, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-30.120,00 (trinta mil, cento e vinte reais), para Sra. Ana Maria Nascimento Araújo, representante legal do Grupo Assistencial Solar do Acalanto. **Processo nº 201111103-00; Instituto de Previdência do Município de Redenção – IPMR;** Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade (Portaria nº 15/2011 de 15.06.2011); Interessada Tereza Ferreira Milhomem; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves. Retirado de Pauta. **Processo nº 201202807-00; Instituto de Previdência do Município de Redenção - IPMR;** Aposentadoria por Invalidez (Portarias nº's 005 e 006 de 18.01.2012); Interessado Aristóteles Lopes de Almeida; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela negativa de registro das Portarias. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela negativa de registro das Portarias nº's 005 (fls.41) e 006 (fls. 74), do Instituto de Previdência do Município de Redenção - IPMR, ambas datadas de 18.01.2012, que aposentam por invalidez, com base no art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal, combinado com o art. 21, I, "a", da Lei Complementar Municipal nº 058/2011, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, do servidor Aristóteles Lopes de Almeida, nos cargos de Auxiliar de Secretaria e Professor P-II, respectivamente, com percepção de proventos no valor de R\$-622,00 (seiscentos e vinte e dois reais), cada uma delas. **Processo nº 201204335-00; Instituto de Previdência do Município de Redenção - IPMR;** Aposentadoria por Invalidez (Portaria nº 014/2013 de 24.05.2013);



355 Interessado Juciléia Alexandre da Silva; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator -
356 Conselheiro Aloísio Chaves. Retirado de Pauta. **Processo nº 201204718-00; Instituto de Previdência do**
357 **Município de Redenção – IPMR;** Aposentadoria por Invalidez (Portaria nº 015/2013 de 24.05.2013);
358 Interessada Maria Amélia dos Santos; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro
359 Aloísio Chaves. Retirado de Pauta. **Processo nº 201220466-00; Instituto de Previdência do Município**
360 **de Tucumã – IPMT;** Aposentadoria por Idade (Portaria nº 14/2012 de 01.11.2012); Interessado Eugênio
361 Soares da Silva; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves.
362 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
363 favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
364 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato.
365 **Processo nº 201204338-00; Instituto de Previdência do Município de Redenção – IPMR;** Pensão
366 por morte Ex-Servidora Rosilene de Souza Araújo (Portaria nº 16/2013 de 03.06.2013); Interessado Lovegilio
367 Coutinho de Araújo (Viúvo); Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator -
368 Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
369 dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O
370 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,
371 decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201201031-00; Instituto de Previdência dos Servidores do**
372 **Município de Santana do Araguaia – IPRESA;** Pensão por morte ex-servidora Francisquinha Rodrigues
373 Soares Botelho; (Portaria nº 029/2013 de 22.05.2013); Interessado José Alves Botelho (Viúvo); Ministério
374 Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Aloísio Chaves. Cumprindo
375 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se
376 favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
377 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato.
378 **Processo nº 201303562-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém –**
379 **IPAMB;** Aposentadoria - Portaria nº 0179/2013, de 06.02.13; Interessado Manoel Soares da Silva; Ministério
380 Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo
381 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao
382 registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
383 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº**
384 **201306274-00; Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém – IPAMB;**
385 Aposentadoria - Portaria nº 0439/2013, de 03.04.13; Interessada Maria Cláudia de Moraes Costa; Ministério
386 Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo
387 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao
388 registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
389 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº**
390 **201311964-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal – IPMB;** Aposentadoria - Portaria
391 nº 076, de 22.07.2013; Interessada Leone Maria da Costa Sousa; Ministério Público Procuradora Maria Regina
392 da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
393 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi
394 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O
395 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201217344-00; IPAMB/PMB;**
396 Aposentadoria; Revisão de Proventos referente a Portaria nº 1280/12, de 27/09/12; Interessada Nilena Debora
397 Alexandrino Silva; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro
398 Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento



dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201217565-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria; Revisão de Proventos referente a Portaria Nº 1291/12, de 27/09/12; Interessada Zuila Abreu da Silva; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201217575-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria; Revisão de Proventos referente a Portaria Nº1331/12, de 02/10/12; Interessada Maria de Nazaré de Magalhães Pinto; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **Processo nº 201212611-00; PMB/SEMEC; Contrato Temporário de Pessoal – 2012; Interessado Waldiomar Sizo Melo e Outros; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Auditor Convocado José Alexandre Cunha Pessoa.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Relator apresentou sua **proposta de Decisão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas da qual foi lavrada a presente Ata.

Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em dezoito de fevereiro de dois mil e quatorze.

Visto:

Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão

Conselheira Vice-Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão

Conselheiro Corregedor **Cezar Colares**
Presidente da Sessão